

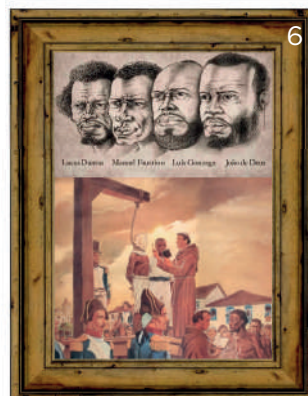
“Revolução brasileira”

Usos e contextos

“Brazilian revolution”
Uses and contexts

ricardo ramos shiota*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2024.169.011>



Ilustrações e pinturas retratam as revoluções Francesa (1789-1799) [1], Haitiana (1791-1804) [2] e Cubana (1953-1959) [3], além de, no Brasil, a Revolução Pernambucana de 1817 [4], a Revolta da Armada (1891-1894) [5] e a Conjuração Baiana (1798-1799) [6]

RESUMO

O artigo pondera a existência de continuidades, rotinizações, instabilidade e ruptura semântica nos diferentes usos da categoria *revolução brasileira* no pensamento político e social elaborado da proclamação da República, em 1889, até 1966. Reconstrói uma linhagem intelectual que mobilizou a categoria para compreender e transformar o Brasil com diferentes propósitos políticos. O conceito tem dezenas de empregos, que variam conforme os contextos, mas que podem ser distinguidos e agrupados entre aqueles usados para se referir às quarteladas, às insurreições, aos movimentos armados e aos golpes, consoante a história política republicana, e aqueles que mobilizaram a categoria teoricamente com critérios de análise distintos e mais qualificados, em vista da defesa de ideias utópicas e projetos políticos e sociais para o país.

Palavras-chave: História dos conceitos. Brasil republicano. Historiografia.

ABSTRACT

The article considers the existence of continuities, routinizations, semantic instability and ruptures in the different uses of the category Brazilian revolution into the political and social thought elaborated in the republican Brazil (1889-1996). It reconstructs an intellectual lineage that mobilized the category to understand and transform the country with different political purposes. It shows that the Brazilian revolution category was used to refer to barracks, insurrections, armed movements and coups, in accordance with the republican political history. It argues that it acquires more density and utopia when it is used, from the 1940s, with specific theoretical horizons, with different criteria with the proposal of the realization of utopian ideas and future projects.

Keywords: History of concepts. Republican Brazil. Historiography.

1. REVOLUÇÃO: USOS, CONTEXTOS E SIGNIFICADOS

Para Koselleck (2012), revolução é um conceito político fundamental da modernidade que se generalizou a partir da Revolução Francesa e abarca dois campos de experiência histórica que não pertencem necessariamente à mesma categoria. De um lado, refere-se aos distúrbios violentos de uma sublevação que pode se transformar em guerra civil ou que provoca uma mudança na Constituição. De outro lado, o conceito indica uma transformação estrutural com origem no passado e que pode afetar o futuro, no sentido de revolução permanente ou processo de evolução que transcende o político e abrange toda a sociedade. Embora delinhe a semântica do conceito, ele admite que o seu “significado preciso sofre variações dramáticas de um país a outro, de uma situação política a outra” (Koselleck, 2012, p. 61, tradução nossa).

O conceito moderno de revolução tem sido elaborado e utilizado nas lutas políticas e sociais em diferentes momentos, situações e conjunturas históricas pelos atores políticos e sociais com vistas à defesa de interesses e à realização de projetos de futuro. No mundo ibero-americano (1780-1870), o conceito de revolução foi encarado com suspeição, adquiriu feições particulares conforme as experiências históricas ocorridas na região e alhures, experiências interpretadas pelos atores históricos como sendo revolucionárias, em razão de trazerem sérias implicações para o *status quo*. Além disso, sob a influência da filosofia do progresso, o Estado adquiriu importância como agente da expansão da civilização capitalista (Padilla, 2014).

No Brasil, o medo e o horror despertado pelos acontecimentos da Revolução Francesa e da Revolução Haitiana fizeram com que o conceito de revolução circulasse de modo curioso mediante usos atrelados a uma semântica conservadora, regeneradora, restauradora e, no limite, reformista da ordem, ante as visões catastrofistas. O conceito suscitava o temor do caos e da desordem institucional, aceitava-se a mudança, mas sem a ruptura com a ordem monárquica e escravista vigente. Admitia-se a regeneração e a restauração da ordem, o fim dos abusos cometidos pelas autoridades, sem que jamais se alterassem as relações de poder instituídas. Desejavam-se reformas úteis, mas sem os inconvenientes da revolução (Neves, L.; Neves, G., 2014).

No século XIX, no momento da Independência, falou-se de *revolução do Brasil* como sinônimo de autonomia e liberdade. Com a abdicação de Pedro I (1831), rompia-se definitivamente com Portugal, assume o poder um soberano nascido e criado no país: revolução sem uma gota de sangue, era o que se desejava; vivia-se o espírito regenerador e reformador do século XIX. Bernardo Pereira de Vasconcelos dizia que revolução é o direito de resistir à tirania, mas sem o recurso da violência, sem romper com a monarquia. O sentido de destruição da ordem, resultante de experiências concretas, como no Período das Regências (1831-1840), reiterou o vocabulário catastrofista do conceito, com a admissão da mudança política apenas se realizada pelas camadas dominantes e grupos dirigentes. Revolta, levante, perturbação da ordem, agitação violenta, guerra civil, motim, insurreição e sedição, sangue, medo, terror fazem parte dos vocábulos do conceito de revolução no mundo ibérico, hostil aos valores jacobinos (Neves, L.; Neves, G., 2014).

Em suma, não obstante o impulso de entusiasmo despertado pela revolução de 7 de abril de 1831, fazendo com que o Império do Brasil começasse a discutir o conceito, derivado de Montesquieu e entendido como modificação da estrutura política, o sentido moderno de uma ruptura profunda, embora conhecido, permaneceu inaceitável para as elites

políticas e intelectuais até 1870. Posteriormente à Revolução Francesa, via-se preterido pelo exemplo inglês, que, paulatinamente, com “recordações e contradições históricas”, alcançara o sistema constitucional. Na linguagem política do período, revolução continuava a constituir, predominantemente, um processo que desestabilizava o tempo físico e transformava a natureza das coisas, destinado pela Providência divina para o flagelo dos povos, ao final do qual, porém, numa perspectiva cíclica, retornava-se à situação anterior. Nessas condições, somente poucos, sem conseguir desprender-se tampouco de uma situação reformista, pareciam dotados de condições para superar essa visão litúrgica do mundo e reconhecer o potencial dos homens para intervir na vida pública em seu próprio proveito (Neves, L.; Neves, G., 2014, p. 76, tradução nossa).

No século XIX, os usos da categoria variavam a despeito de manter reservas com a ideia de ruptura da ordem, pois até mesmo os usos mais radicais não tinham perspectivas de rompimento com o passado e estavam orientados pelos princípios da linguagem do humanismo cívico, republicanismo que remonta a Aristóteles, nas formulações de figuras como Frei Caneca (Neves, L.; Neves, G., 2014). Foi apenas no ano de 1882 que o jornal *Revolução*, de orientação editorial realista, republicana e socialista, chegou a defender a “revolução violenta” como único meio de salvação do país (Neves, L.; Neves, G., 2014), admitindo o rompimento com a ordem. A despeito dessa dimensão catastrofista, regeneradora, de fraco reformismo que se mantém presente no século XX, produziu-se uma literatura que usou a categoria *revolução* qualificando-a como brasileira por romper com a ordem, delineando claramente projetos emancipadores de futuro, como que revolucionando a categoria.

No âmbito dessa história do conceito de revolução, este artigo procura demonstrar que a categoria não foi construída de forma inábil pelas esquerdas no Brasil, como sugere Garcia (1997). Ela, em seus usos mais abstratos, despojou-se daquela semântica catastrofista, conservadora, vinda do passado e corroborada pela história política republicana, na qual golpes, movimentos armados, guerras civis, quarteladas eram chamados de revolução. Nas mãos das esquerdas no interregno democrático (1945-1964), os usos inovadores da categoria revolução exprimem a emergência de linguagens políticas novas. A categoria passa a recobrir uma nova argumentação na qual a mudança social e política passa a depender da ação do povo e das massas e deixa de ser obra de grupos dirigentes. Os efeitos da revolução passam a ser concebidos como catastróficos apenas para uma minoria que perderia os seus privilégios. Revolução torna-se, então, conceito usado de modo abstrato, teórico e articulado a diferentes projetos de futuro em sintonia com o contexto histórico democrático do pós-guerra, quando “o país estava irreconhecidamente inteligente” e vivia-se “a fase mais interessante e alegre da história brasileira” (Schwartz, 2009, p. 21). A categoria revolução codifica um campo interpretativo e político sem dissociar essas dimensões.

Neste artigo são analisados e comentados os significados da categoria *revolução brasileira* no Brasil republicano (1889-1966), a partir de livros com essa categoria no título. O levantamento dos livros ocorreu mediante pesquisa nos catálogos das bibliotecas Octavio Ianni (IFCH-Unicamp), Florestan Fernandes (FFLCH-USP) e Nacional. Questiono: o que esses textos e livros dizem sobre esse conceito? Como usam a categoria? Mediante quais critérios? O que pretendiam dizer ao usá-lo? O que desejavam justificar? Quais eram os contextos histórico e intelectual nos quais circulava a categoria com os seus diferentes usos pelas forças políticas e sociais?

Para responder a essas questões e alcançar o objetivo proposto, este artigo se fundamenta na perspectiva da história dos conceitos, tal como proposta por Skinner (Crespo, 2007), a qual problematiza as relações entre autor e obra e as condições semânticas de produção ou o contexto de emergência da obra. Para ele, a compreensão do sentido dos textos exige situar o

contexto intelectual em que foram concebidos os principais textos — o contexto das obras ante-

riores e dos axiomas herdados a propósito da sociedade política, bem como o contexto das contribuições mais efêmeras da mesma época ao pensamento social e político. Pois é evidente que a natureza e os limites do vocabulário normativo disponível em qualquer época dada também contribuirão para determinar as vias pelas quais certas questões em particular virão a ser identificadas e discutidas (Skinner, 1996, p. 11).

Na América do Sul, segundo Blackey (1982), golpes e rebeliões têm sido endêmicos no século XX, enquanto as revoluções teriam sido raras

Skinner (2007) sustenta que os usos dos conceitos dependem dos critérios subjacentes que condicionam a semântica adotada. Ademais, os conceitos trazem consigo um vocabulário através do qual são selecionados, discutidos, possuem um conjunto de termos normativos e avaliativos correspondentes.

Na perspectiva da história conceitual,

[u]m conceito histórico não é uma invenção livre da subjetividade do historiador, mas uma totalidade semântica produzida na contingência histórica. Portanto, cabe ao pesquisador recuperar essas dimensões disponíveis nos vestígios e na própria continuidade histórico-cultural. Recuperar os significados em disputa dos conceitos históricos exige uma reconstrução complexa de seus contextos de enunciação, tanto em sua dimensão sincrônica quanto diacrônica. Essa exigência materializa-se em um novo olhar sobre os textos canônicos lidos e relidos pela história intelectual e pela história das ideias. Obras até então negligenciadas de grandes autores, ou mesmo autores esquecidos pelas visões hegemônicas, são recuperados como momentos fundamentais para a compreensão do contexto discursivo (Araujo, 2008, p. 48).

Para dar conta das questões propostas, o texto foi dividido em três partes, além desta. A seguir, são apresentados os usos da categoria revolução que estão em sintonia com a história política brasileira. Em seguida, mostro a contribuição do pensamento político-social mais abstrato e teórico para a reflexão acerca da categoria *revolução brasileira*. Por fim, são feitas as últimas considerações à luz da indeterminação dos acontecimentos históricos e das promessas contidas na categoria com vista a “arrancar a transmissão da tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela” (Benjamin, 1994, p. 224), e resgatar as ideias utópicas do esquecimento.

2. REVOLUÇÃO BRASILEIRA: QUARTELADA, INSURREIÇÃO, MOVIMENTOS ARMADOS E GOLPES

Blackey (1982) argumenta que as revoluções estão entre os fenômenos sociais mais extraordinários. Interpretam, marcam o passado e criam promessas de futuro. O sonho da revolução envolve o desejo de as pessoas poderem controlar os seus próprios destinos, planejarem o futuro e construir uma vida, comunidade, nação ou república extremamente melhorada, ou desconstruída e totalmente renovada.

A ideia moderna de revolução significou a possibilidade de criação de uma nova ordem e de um “novo ser humano”, o início de uma história renovada. Revoluções tendem a envolver mais de um país e dar solução a problemas internacionais. Como os golpes e rebeliões tendem a ser endêmicos, são geralmente previsíveis e frequentes. As revoluções, em vez disso, são epidêmicas: ocorrem de forma inesperada e são pouco usuais. Na América do Sul, segundo Blackey (1982), golpes e rebeliões têm sido endêmicos no século XX, enquanto as revoluções teriam sido raras.

A história política brasileira no período em análise (1889-1966) foi esculpida por golpes, revoltas, insurreições e movimentos armados. Desde a fundação da República brasileira, no ano de 1889, até o ano de 1966, houve ao menos 33 golpes, revoltas, movimentos armados e insurreições (Amaral, 1963; Ianni, 1971). Isso significa que tais eventos têm sido recorrentes na nossa história republicana. Em virtude dessa circunstância histórica, na cultura política brasileira e no senso comum, revolução tornou-se sinônimo de luta armada, insurreição, intentona, quartelada, golpe de Estado promovido pelas Forças Armadas, com a Marinha mais alinhada aos interesses das classes sociais dominantes (Moraes, 1991; 2005).

Os militares envolvidos em rebeliões desde 1922 passaram a se designar como revolucionários. Nas disputas políticas desse período, para cada grupo de adversários “[r]evolução é aquele movimento que segue os rumos de seus próprios objetivos políticos” (Borges, 1992, p. 119). As Forças Armadas tomaram o poder e tornaram-se suas guardiãs em 1889, 1930, 1937, 1945, 1964 e 1969. Além disso, em 1935, o Partido Comunista tentou conquistar o poder pelas armas, porém sem sucesso.

A categoria *revolução brasileira* surge no vocabulário político logo após a fundação da República, no final do século XIX, e esteve durante décadas associada ao desenvolvimento capitalista nacional. A expressão aparece como título de livro logo após a abolição da escravidão e associada a um fato histórico: o golpe das Forças Armadas que deu origem à República, a primeira experiência dos militares no poder estatal. Marechal Deodoro, Floriano Peixoto, Benjamin Constant, lideranças do Exército brasileiro, tomaram o poder em novembro de 1889, à frente das oligarquias (Moraes, 1991; 2005).

Não se trata, portanto, de uma categoria engendrada pelo tenentismo, como sugere Freitas (1998). Porque a expressão tenentismo é criada somente em 1931 e, posteriormente, desenvolvida como categoria explicativa pela historiografia, conforme Borges (1992). O termo também não foi elaborado por um militar, já que, no levantamento que realizei, o primeiro livro a conter no título a categoria *revolução brasileira* é de Urias Antônio da Silveira (1890), médico e civil que participou do governo provisório do marechal Deodoro. Apesar de ser visto pela historiografia como um livro de “narrativas militaristas”, gestado na cultura política do positivismo, é significativo por um motivo especial: o livro enuncia promessas que, desde a fundação da República até hoje, não foram cumpridas pelas classes sociais dominantes:

Na cultura política brasileira e no senso comum, revolução tornou-se sinônimo de luta armada, insurreição, intentona, quartelada, golpe de Estado promovido pelas Forças Armadas, com a Marinha mais alinhada aos interesses das classes sociais dominantes

a lei, a justiça, a igualdade para todos, a extinção dos privilégios, a unidade do povo, a soberania absoluta da nação, o progresso contínuo, o arrimo dos fracos e desherdados, a independência dos espíritos e dos corpos, a abolição de todas as espécies de tiranias [sic] (Silveira, 1890, p. 53).

Silveira (1890) defende uma concepção republicana avançada para uma sociedade recém-egressa do escravismo e da monarquia. Assim, ao surgir, a categoria *revolução brasileira* foi usada com base num critério republicano radical. Porém, a identificação com o golpe de 1889 faz confundir revolução e *Putsch*, outra modalidade de explosão coletiva, de tentativa armada de golpe de Estado, que se distingue da revolução (Sztompka, 1998). Essa narrativa subjacente ao uso do conceito por Silveira (1890) contribuiu para identificar revolução, rebelião, insurreição, levante, *Putsch*, quartelada e movimentos armados. Além disso, contribuiu para enaltecer o protagonismo político das Forças Armadas no Brasil.

O termo reaparece, em outro contexto de enunciação, no livro de Juarez Távora de 1927. Após instaurado o federalismo, apenas o Exército, como instituição nacional, dispunha de meios para desafiar o poder das oligarquias (Moraes, 1991). Os militares do Exército, envolvidos em rebeliões desde 1922, passaram a se designar como revolucionários.

A revolta tenentista de São Paulo, em 1924, contou com a participação de Távora, que, três anos depois, iniciou a publicação das memórias do episódio e da sua participação na Coluna Miguel Costa-Prestes em livro no qual atribui a esses eventos o caráter de *revolução*. O uso do termo coincide com o feito por Silveira (1890) apenas na identificação entre revolução, levante e insurreição e no enaltecimento do protagonismo das Forças Armadas. A mudança do contexto de enunciação e as crenças de Juarez Távora estão presentes nas formulações do autor (Távora, 1927; 1928), centradas nos agentes e portadores de nacionalismo de direita, moralismo, patriotismo, elitismo e autoritarismo. O diagnóstico, inspirado em Alberto Torres, aponta a degeneração do modelo liberal democrático da Constituição de 1891 na realidade brasileira.

Contra a desorganização política do país, obra de “nossa elite dirigente”, Távora (1927; 1928) tinha como projeto de futuro medidas racionais e moralizantes de reorganiza-

ção institucional, unificação do ensino público, adoção do voto universal e secreto, liberdade de imprensa para controle do Executivo, unificação e autonomia do Judiciário. Elege como agentes da mudança as Forças Armadas, sobretudo os altos escalões, capazes de proteger a nação contra os excessos da indisciplina popular e dos governos que vilipendiam as leis e a Constituição. Defende a implantação de uma ditadura militar instrumental como meio para a instituição da ordem e da disciplina coletiva.

Às vésperas de 1930 havia um forte consenso sobre a necessidade de meios extralegais para tirar o poder político das mãos da oligarquia do café e livrar a República da corrupção eleitoral (Moraes, 1991). A revolução entendida como insurreição e golpe armado foi posta em prática pela Aliança Liberal. Tomado o poder pela Aliança Liberal, as forças derrotadas se organizaram numa frente política para derrubar Getúlio Vargas pelo caminho da guerra civil, no entanto sem sucesso.

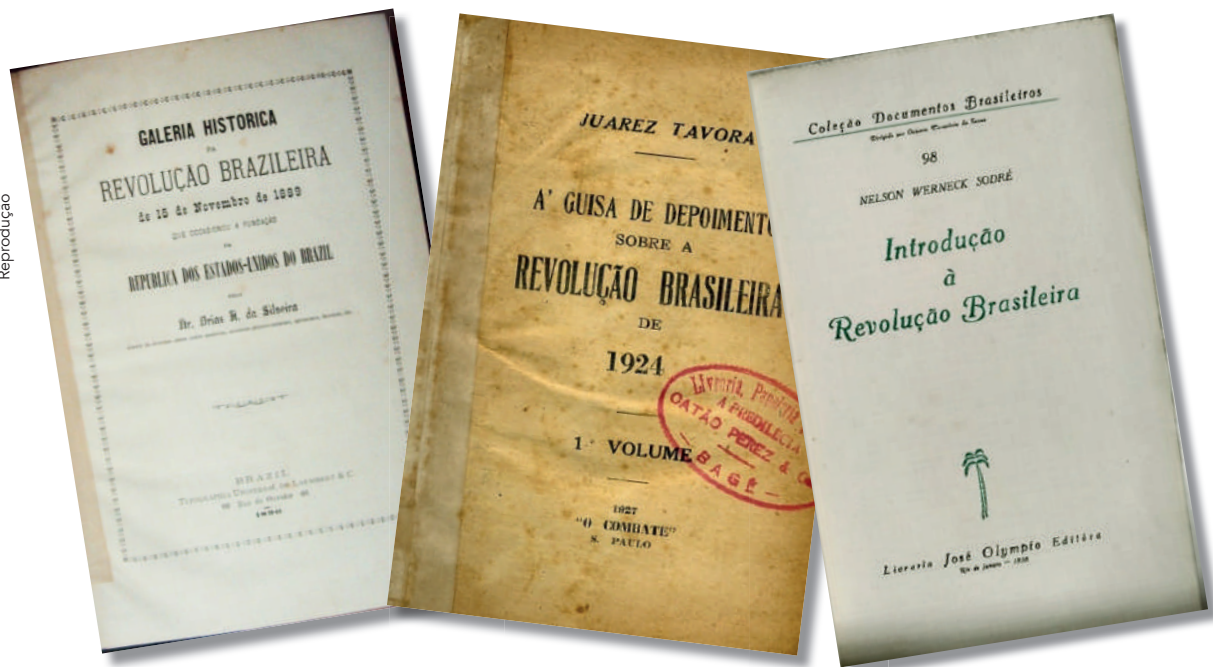
Essa identificação entre golpes armados, levantes militares, *Putsch*, guerra civil e revolução e o enfoque nos agentes se repete nas interpretações contemporâneas do episódio político ocorrido em 1930, apresentadas no ano seguinte no livro do militar egresso das fileiras tenentistas Amilcar Salgado dos Santos, que narra as epopeias da 14ª Companhia do Batalhão de Caçadores Manaus, mas de modo a confundir a política com a guerra no seu uso da categoria revolução. O livro, em tom épico exaltando os grandes heróis, foi escrito com vistas a esclarecer o

que se passou durante o mês de Outubro naquela vasta região, a respeito da gloriosa Revolução, que libertou nossa Patria da opressão em que vivia, por parte de mãos de políticos, e que foi vitoriosa, graças aos três grandes e fortes elementos: o Norte, com Juarez Távora à frente, o Rio Grande do Sul e Minas Gerais [*sic*] (Santos, 1931, p. 4).

A reação paulista de 1932 na forma de guerra civil também segue esse mesmo uso da categoria *revolução brasileira* ao ser designada pelos protagonistas como *Revolução Constitucionalista*.

Ainda nesse contexto, entre 1931 e 1934, Ignacio Amaral, um dos expoentes do pensamento autoritário e reitor da antiga Universidade do Brasil entre 1945 e 1948, escreveu um livro, publicado pela Marinha em 1963. O autor, ao identificar revolução com a “perturbação do equilíbrio” dos sistemas sociais, inspirado por uma visão de mundo positivista e organicista, a despeito de uma perspectiva estrutural, não ultrapassou o *mainstream* da época, que consistia na identificação entre insurreição, golpes, movimentos armados, quarteladas e revolução. Adotou uma postura de desdém da revolução como forma de mudança social, priorizou modificações sociais evolutivas, as quais manteriam a organicidade dos sistemas. Enfatizou o “problema educacional” brasileiro e soluções para os problemas que considerassem “nossos valores” e as necessidades impostas pelas condições locais. No entendimento de Amaral (1963), a categoria contém uma conotação autoritária e conservadora e um nacionalismo de direita.

Após tomar o poder, Vargas o conservou por 15 anos. Reprimiu a contrarrevolução paulista de 1932, a experiência malograda do Partido Comunista do Brasil (PCB), único partido da América Latina que tentou tomar o poder pela força das armas, assim como refreou os integralistas. Com o Estado Novo, Vargas implantou um regime ditatorial de direita inspirado nas ideias dos pensadores autoritários brasileiros dos anos 1920, o qual conteve as massas e as ideologias mediante perseguições políticas, tortura e prisões.



Uriaes Antônio da Silveira e Juarez Távora são os primeiros autores a usar o termo *revolução brasileira*, cujo entendimento seria elevado a novo patamar por Nelson Werneck Sodré

Durante o Estado Novo, essa tendência de confundir revolução e levantes das Forças Armadas continua a se verificar nos livros que contêm a categoria revolução brasileira em seus títulos. Com a criação do Departamento Nacional de Propaganda (DNP) pelo Estado Novo, em 1938, teve início o programa *Hora do Brasil*, transmitido diariamente por todas as estações de rádio do país. Diniz Junior defende Vargas e o Estado Novo em livro que trata de um discurso proferido pelo presidente naquele programa em 3 de novembro de 1938, em comemoração do oitavo aniversário do governo. Em 1940, o jornalista Danton Jobim, ex-comunista que apoiou a implantação da ditadura varguista, compara o governo Vargas com o New Deal, enaltecendo os feitos do governo revolucionário que tomou o poder pelas armas.

Ainda durante o Estado Novo, alguns livros contendo a categoria no seu título evocaram os ensinamentos do passado brasileiro de forma conservadora. Sebastião Pagano, monarquista convicto e integralista, equipara a Revolução Pernambucana de 1817 com a *revolução brasileira*, mas de modo a criticar o reformismo ilustrado do marquês de Pombal e fazer apologia da ação repressora do conde dos Arcos contra aquela insurreição (Pagano, 1938).

Igualmente, Custódio José Mello, que fez carreira na Marinha, em compilação de textos publicados *a posteriori* pela Companhia Editora Nacional, associa os episódios históricos da Revolta da Armada (1891-1894) com a *revolução brasileira*, expondo causas e alegações do motim da esquadra contra Floriano Peixoto. Revolução aparece associada à guerra e com sentido reacionário contra a república e em favor da monarquia (Mello, 1938). De modo menos conservador, Walter Spalding, que se destacou como historiador, identifica a Revolução Farroupilha com essa revolução. Ele afirma que os rio-grandenses se inspiraram na Revolução Francesa e na Revolução Americana. Também identifica revolução e guerra civil, não obstante esses conceitos se distinguiem (Spalding, 1939).

Exceto em Silveira (1890), nesses livros analisados a categoria *revolução brasileira* não carregava a utopia de uma sociedade livre e igualitária. Essa semântica reaparece na formulação de Ruy Afonso, para quem a Conjuração dos Alfaiates (1798) foi a primeira revolução social brasileira. O autor resgata os ideais anticoloniais e igualitaristas, as reivindicações contra privilégios sociais e étnicos presentes na Conjuração Baiana e inspirados na Revolução Francesa.

Não se trata de um motim de quartéis, uma inquietação de descontentes ou levante de escravos, mas de trabalho lento, persistente, de massas doutrinadas, conscientes, proclamando como pretendida finalidade “as melhoras física, intelectual e moral do maior número”, de que Saint Simon, precursor do socialismo da esquerda, levantaria a bandeira nos primeiros anos de 1800 (Afonso, 1942, p. 12).

O autor manifesta um nacionalismo de esquerda e afirma, de modo categórico e bem documentado, que a Conjuração dos Alfaiates foi a primeira “revolução proletária” do Brasil.

Os integralistas também se referiram à *revolução brasileira*; não obstante os contornos ambivalentes e até contraditórios dos usos da categoria, conceberam-na como um processo de caráter violento, sem perder a dimensão cultural, o vínculo com autoridade, disciplina e liberdade (Ramos, 2011). Os integralistas mobilizaram a categoria como parte da linguagem do movimento. A despeito do significado peculiar, os usos da categoria estavam em sintonia com o sentido, muito empregado na época, de insurreição, intentona, tomada violenta do poder de Estado.

Quando em 1964 o golpe empresarial-militar se autodenominou *revolução, revolução brasileira*¹, resgatou não apenas a semântica épica e golpista do conceito como também o vocabulário integralista. Pois, como será visto adiante, o que a ditadura empresarial fez em nome da categoria em nada coincide com o que pretendiam fazer os pensadores da *revolução brasileira* que a teorizaram de forma utópica como projeto político e social de futuro.

3. REVOLUÇÃO BRASILEIRA: PROCESSOS HISTÓRICOS, IDEIAS UTÓPICAS E PROJETOS DE FUTURO

Como visto, o conceito de revolução no mundo ibérico tem, nas suas origens, uma conotação restauradora. Conservadores e liberais brasileiros do século XIX tinham horror à revolução e a pintavam de forma negativa, devido ao terror que emergia numa fase da Revolução Francesa. Falava-se em revolução do espírito para reformar a ordem. Hipólito da Costa, como Burke, a vê como crise e ruptura, além de condená-la, sugerindo, em vez de revolução, a aprovação de mudanças graduais e melhoramentos nas leis. Além disso, as reformas jamais deveriam ser feitas pelo povo, pois isso acarretaria efeitos maus. Os reformadores deveriam garantir a ordem e a submissão, evitando os tumultos e ameaças ao direito de propriedade (Neves, L.; Neves, G., 2014). Em seguida, desde a fundação da República e ao longo das primeiras quatro décadas do século XX, era lugar-comum na historiografia a associação entre golpes, insurreições, movimentos armados, quarteladas, guerras civis, intentonas, tomada do poder de Estado pela violência e a categoria *revolução brasileira*.

No entanto, em atinência às transformações capitalistas da sociedade que se adensam na década de 1920 e aprofundam-se na década de 1930, a categoria *revolução brasileira*

¹ Ilustram essa afirmação Ayres Filho (1964) e Barros (1976).

Vieira Pinto defendia um capitalismo nacional vigoroso com base na iniciativa pioneira do Estado interventor e na ruptura com o capital estrangeiro. Não obstante, inova ao usar a categoria *revolução brasileira*, por ter como critério para pensá-la a elaboração de uma consciência crítica e por conceber o protagonismo das massas

muda e assume um novo sentido qualitativo, abstrato, teórico, como projeto de futuro, e passa a ser usada sob a perspectiva de horizontes teóricos utópicos contra um léxico que faz identificação da revolução com a guerra civil, com a desorganização e com a catástrofe. Essa herança ibero-americana da semântica da categoria serve de contraponto para entender o deslocamento teórico empreendido pelos intérpretes do Brasil a partir da década de 1930.

Nas contribuições dos historiadores Sérgio Buarque de Holanda (Holanda, 1973), Nelson Werneck Sodré (Sodré, 1958) e Caio Prado Júnior (Prado Júnior, 1966); do filósofo Vieira Pinto (1960a; 1960b); do economista Celso Furtado (Furtado, 1962); dos sociólogos Guerreiro Ramos (Ramos, 1961; 1963), Florestan Fernandes (Fernandes, 1968) [1965] e Pessoa de Morais (Morais, 1965), a categoria remete a um processo de revolução burguesa com renovação cultural, independência econômica, democracia e soberania nacional.

A despeito das mudanças que fez na segunda edição (1948) de *Raízes do Brasil*, Holanda (1973) se recusava a identificar a “nossa revolução” com um episódio épico ou quarte-lada, tomada do poder de Estado pelas armas. Embora não use a categoria *revolução brasileira*, o autor se refere à revolução como um projeto de futuro de transformações estruturais no plano da cultura e desfaz o *continuum* entre cultura e personalidade, que fundamentava as especulações sobre o caráter nacional. Um aspecto importante a ser considerado é que a problemática do livro consiste em compreender o processo de transição sociopolítica no Brasil, processo que vem desde a transferência da corte e que ganha fôlego com a abolição da escravidão, na concepção do autor.

A história dos conceitos ensina que o silêncio em torno de uma categoria exprime uma atitude, pois “podemos indicar nossa discordância simplesmente eliminando de nosso vocabulário o termo correspondente” (Skinner, 2007, p. 286, tradução nossa). Talvez essa recusa da semântica golpista da categoria *revolução brasileira*, naqueles idos, tenha levado

Holanda (1973) a não a empregar. Em todo caso, o critério subjacente ao uso do conceito de revolução é a suplantação das raízes ibéricas², ainda operantes na sociedade brasileira.

A grande inovação na discussão da categoria *revolução brasileira*, todavia, foi dada por Sodré (1958), a despeito de já usar o conceito em outras ocasiões entre 1935 e 1947. Com as transformações da sociedade em urbana e industrial, avultadas a partir da década de 1930 e adensadas no interregno democrático (1945-1964) devido à implantação da indústria de base, o conceito de revolução mudou. Nesse novo momento histórico-social de revolução capitalista, durante a experiência do governo de Juscelino Kubitschek, no ano de 1958, Sodré (1958) desenterra a categoria, criada pelas forças avançadas nacionais em situações históricas anteriores, por republicanos centralistas e tenentes, mas inova ao usá-la. Faz uso dela com critério diferente daquele golpista, insurrecional e épico. Utiliza-a para assinalar a necessidade de uma transformação substantiva relativamente ao passado colonial, para apontar a urgência de suplantar o que há de negativo no quadro brasileiro ao longo de séculos.

Para Sodré (1958; 1963), a *revolução brasileira* é um processo tardio de revolução burguesa, no qual os latifundiários e elementos da alta burguesia se punham do lado da contrarrevolução, e a burguesia nacional, a pequena burguesia, os estudantes, o campesinato e o proletariado se alinhavam ao outro lado. Ela teria se iniciado em 1930, quando surgem as bases para a formação de uma economia nacional.

Sodré acreditava que a revolução burguesa brasileira não havia sido concluída, estava em disputa entre as classes dominantes. Os critérios usados por Sodré (1958; 1963) para pensar o conceito de *revolução brasileira* são: manutenção das liberdades democráticas para impedir que a reação conflaguasse a contrarrevolução; libertação do Brasil do imperialismo; nacionalização do capitalismo por via do Estado; emancipação do latifúndio, por meio da reforma agrária com distribuição da propriedade da terra, com vistas a integrar o latifúndio na economia de mercado. Sodré (1958; 1963), assim como o PCB, defendia o protagonismo do proletariado na frente única, apesar de considerar frações da burguesia nacional como aliadas. Delineia um projeto de futuro no sentido de: ampliação do regime democrático; estatização da exploração das riquezas nacionais; reforma agrária, e desenvolvimento econômico independente.

Vieira Pinto também se posiciona contrário à semântica épica e golpista do conceito:

Uma revolução historicamente ocorrida, ou projetada para o futuro, pode não passar de grave e sangrenta ingenuidade, quando não se reduzir a ridículos motins de obtusos e reacionários salvadores, se tiver sido desencadeada ou for pensada sob a égide do conceito inválido de totalidade nacional (Vieira Pinto, 1960b, p. 157).

E dizia mais:

O conceito de revolução e o verídico espírito revolucionário nada têm em comum com a impetuosidade, a indignação, o protesto, o quixotismo, próprios da consciência ingê-

2 Para Holanda (1973), as raízes ibéricas operantes estão relacionadas à influência do catolicismo, à cultura da personalidade, à ética da aventura, à predominância do rural, à fragilidade dos laços de trabalho, ao horror ao trabalho manual, à primazia do privado sobre o público, à precedência do Estado em relação à sociedade, à centralização política, ao repúdio às luzes, ao apego ao obscurantismo, ao conservadorismo, ao tradicionalismo, ao individualismo aristocrático, à suposição da desigualdade natural dos indivíduos, à conciliação, à cordialidade, ao ideal de independência individual, ao pacto social entre grupos privados dominantes, à família patriarcal, ao Estado patrimonial. Traços que contrariam o universalismo dos valores liberais etc.

Reprodução



Fundo Correio da Manhã



A Proclamação da República, em 1889 (retratada ao lado em tela de Benedito Calixto), e a Revolução de 1930 (foto) deflagraram transformações na sociedade brasileira a partir de levantes militares

nua. [...] Porque quem não possui a ideia correta da realidade que deseja alterar não está habilitado a empreender o trabalho exigido para esse fim [...]. A mentalidade singela, ao contrário, vê a revolução como salto num futuro indefinido e desconhecido, como lance histórico de efeitos imprevisíveis (Vieira Pinto, 1960b, p. 252).

Ele foi um dos primeiros intelectuais a reagir, de modo veemente, à orientação do primeiro Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) de conceber a burguesia industrial como sujeito histórico da revolução brasileira. No *mainstream* das convicções das esquerdas da época, amálgama de crenças cepalinas e terceiro-internacionalistas, via a revolução como um projeto de futuro de ruptura com o subdesenvolvimento, com o imperialismo e com o latifúndio. Vieira Pinto (1960a; 1960b) defendia um capitalismo nacional vigoroso com base na iniciativa pioneira do Estado interventor e na ruptura com o capital estrangeiro. Não obstante, inova ao usar a categoria *revolução brasileira*, por ter como critério para pensá-la a elaboração de uma consciência crítica e por conceber o protagonismo das massas.

É um engano pensar que existe continuamente uma consciente intenção revolucionária na massa; esta só aparece em condições especiais, após longo período de propaganda ideológica, de politização prática, exige demorado processo evolutivo das bases materiais e nem sempre se organiza de maneira eficaz. Não é a revolução que os ricos devem temer, é a revolta (Vieira Pinto, 1960a, p. 253).

A singularidade de Caio Prado Júnior é que ele conservou uma atitude paulista diante de Getúlio Vargas, assim como Holanda (1973) e Fernandes (1968), os quais se recusavam a ver como início do processo de revolução brasileira a Revolução de 1930, reportando-o ao século XIX

Para o filósofo isebiano, a *revolução brasileira* consistiria na superação do subdesenvolvimento, na elevação do nível de vida e na maior participação política das massas nos processos decisórios, envolveria a defesa da democracia e das liberdades individuais com participação popular. Ambos os conceitos elaborados pelo filósofo, consciência crítica e protagonismo das massas, antecipavam a atuação política do último Iseb, que ele e Sodré dirigiram.

Furtado (1962) também recusa a semântica golpista, insurrecional e épica do conceito de revolução, e o pensa como projeto de futuro. Usa, como critério para pensar a categoria, o processo de industrialização em bases nacionais através do que denomina “internalização do controle dos centros decisórios”. Isto é, a conquista dos mecanismos que permitem a elaboração de uma política econômica independente — na qual as decisões básicas da economia são tomadas sem subordinação aos interesses externos — do comércio e das finanças e de grupos concorrentes no mercado mundial. Também concebe o ano de 1930 como início do processo de *revolução brasileira*.

Nessa mesma linha, Ramos (1961) usa a categoria tendo como critério a reforma política democrática, capaz de criar partidos ideológicos e melhorar a representatividade, pois os partidos políticos não estariam à altura das novas instituições criadas pela Constituição de 1946 e do amadurecimento do eleitorado — na época, 6 milhões, com a exclusão dos analfabetos. Ramos (1963) também usa como critério para pensar a categoria *revolução brasileira* o fomento do que designa como “atitude parentética”, isto é, consciência crítica e rebeldia contra o fato organizacional, em defesa da liberdade e autonomia dos indivíduos. Mostrava a necessidade de uma alteração do pacto de poder que viabilizasse as reformas de base. Tinha em vista a defesa do jogo político num regime democrático representativo, revolução pacífica ou revolução pelo voto. Aspirava à criação de um movimento revolucionário adulto do ponto de vista da organização, da ideologia e da liderança.

Morais (1965) também pensa a revolução como transformação prolongada e projeto de futuro, não um acontecimento épico ou insurrecional. Usa como critério para pensar

a categoria *revolução brasileira* a coexistência de formas patriarcal, burguesa e proletária e a dificuldade de superar o passado, porquanto a tradição patriarcal se sobrepõe e constringe o processo de transformação capitalista no Brasil, afetando as lideranças populares e os agentes do processo. E Prado Júnior (1966), ao atacar as principais teses do Partido Comunista Brasileiro e versar sobre a categoria, tinha como critérios a necessidade de considerar a realidade concreta ou o concreto pensado — naqueles idos, uma discussão sobre a questão agrária e como mobilizar os trabalhadores rurais — e a descolonização da economia nacional. A singularidade de Caio Prado Júnior é que ele conservou uma atitude paulista diante de Getúlio Vargas, assim como Holanda (1973) e Fernandes (1968), os quais se recusavam a ver como início do processo de revolução brasileira a Revolução de 1930, reportando-o ao século XIX.

Após a Revolução Cubana há uma nova mudança na categoria *revolução brasileira*, manifesta sobretudo quando ocorre a ruptura de relações diplomáticas da ilha com os EUA, em outubro de 1961. Para realizar as reformas defendidas no programa dos guerrilheiros, Cuba alinhou-se à União Soviética, e a revolução, inicialmente mais de caráter cepalino e centrada na questão nacional, declarou-se marxista-leninista. Com isso foi reabilitada a semântica socialista da categoria, presente nos militantes da velha guarda como Astrojildo Pereira e Octavio Brandão. A crise interna provocada pela renúncia de Jânio Quadros também contribuiu para essa mudança conceitual.

Apenas no ano de 1961 os intelectuais reabilitam a semântica socialista para usar a categoria *revolução brasileira*, que passa a ter como encaminhamento a transição socialista pela via pacífica ou armada. Na elaboração de jovens militantes e intelectuais de esquerda como Franklin Oliveira, Theotonio dos Santos Júnior e Moisés Vinhas, o processo poderia ocorrer de modo pacífico. Já para outros jovens militantes, como Jamil Almansur Haddad, Bolívar Costa, Marcos Peri³ e Moniz Bandeira, a revolução brasileira socialista ocorreria mediante meios épicos. Eram, entretanto, vozes minoritárias.

Oliveira (1962a; 1962b) usa como critérios para pensar a revolução brasileira socialista o direito de revolução e a liberdade de viver. Santos Júnior (1962) delineia uma estratégia ao mostrar quem eram os inimigos do povo, os quais resistiam às transformações democráticas e ao socialismo e precisavam ser combatidos. Vinhas (1963) questiona a linha política do PCB de se aliar à burguesia nacional. Como quadro do partido, usa o protagonismo de operários e camponeses como critério para empregar a categoria *revolução brasileira*.

A categoria, porém, ao ser usada como referência à transição para o socialismo de forma épica, pela tomada violenta do poder de Estado, reabilitou a semântica golpista, mais tenentista do que dialética, na tradição do pensamento político-social autóctone. Nesse registro, grosso modo, mediante a crise geral, a vanguarda da classe trabalhadora tomaria de assalto o poder de Estado para instituir o socialismo. Concepção inspirada nas revoluções soviética, chinesa e cubana, ocorridas em países de formação histórica completamente diversa da brasileira. De forma contundente, todavia, na primeira edição de *Raízes do Brasil*, citando Hermann Graf von Keyserling, Holanda é elucidativo ao dizer que o Estado brasileiro está assentado em bases mais seguras e menos vulneráveis: “[F]osse a Rússia governada como o Brasil e jamais o seu povo se teria rebelado.” (Holanda, 1936, p. 142)

Porém, nas narrativas de Haddad (1961), Costa (1962) e Peri (1962) seria possível a implantação do socialismo no Brasil — um país continental e, naqueles idos, já alinhado aos

³ Pseudônimo usado para não expor o autor ou autores do livro dentro do Partido Comunista à polícia política, no contexto das divergências internas que deram origem ao PCdoB em 1962.

interesses dos EUA —, a partir da criação de um foco guerrilheiro, à maneira de Cuba. Mais realista, Bandeira (1962) reconhecia que, passado o efeito-surpresa da Revolução Cubana, o imperialismo estadunidense impediria a repetição de novos eventos dessa natureza.

Ao prever a possibilidade de um golpe reacionário a ser desferido pela burguesia, Bandeira (1962) propunha uma insurreição defensiva. Uma vez que havia muitos quadros de esquerda nas Forças Armadas, sobretudo no baixo escalão, ele propunha que a vanguarda dos trabalhadores reagisse com um contragolpe, valendo-se dos ensinamentos de Lênin. O critério do autor para pensar a revolução socialista brasileira era a insurreição defensiva no interior das Forças Armadas. A experiência foi diferente da expectativa, o fortuito, do planejado, e tais instituições sofreram maior expurgo e perseguição política no pós-1964.

Florestan Fernandes se posicionou nesse debate da revolução brasileira em texto de 1965, questionando o descuido com o processo histórico, que “não se conta através de instantes, horas e dias, mas de séculos” (Fernandes, 1968, p. 186). Ao se restringir à dimensão conjuntural e de curta duração da história brasileira, essa literatura passou a “encarar a revolução como se ela fosse produto puro e simples da atividade de uma geração — ou, melhor, da parcela de uma geração que representasse os papéis de atores do drama” (Fernandes, 1968, p. 189). Na apreciação do autor,

[i]sso impediu que se visse a “revolução brasileira” como algo contínuo e *in flux*, provocando uma atomização da consciência da realidade sem paralelos e uma ingênua mistificação da natureza do processo global, raramente entendido como autêntica *revolução burguesa*. Tal visão só podia ser alimentada por um estado de espírito particularista, pulverizador e imediatista; e teve o condão de exagerar enormemente a significação que

Wikimedia



O líder comunista Luiz Carlos Prestes, ao centro, durante julgamento no Tribunal de Segurança, em 1937. Ele fora preso por ter sido um dos líderes da Insurreição Comunista de 1935

Após a Revolução Cubana declarar-se marxista-leninista em 1961, é reabilitada a semântica socialista da categoria *revolução brasileira*, usada como alusão à transição pacífica mediante os critérios: direito de revolução; liberdade de viver; conhecimento dos inimigos do povo; e protagonismo de operários e camponeses. Também foi usada como referência à transição violenta para o socialismo através dos parâmetros: criação de um foco guerrilheiro, que desconsiderava a formação social brasileira; e insurreição defensiva

se fazia e do que se podia fazer, em detrimento do que devia ser feito. Em suma, perdeu-se de vista não só o encadeamento das diversas fases de nossa revolução social, como também os caracteres que ela assumia na duração histórica, que singularizam o nosso padrão de desenvolvimento histórico-social. Sua lentidão, sua irregularidade, sua falta de homogeneidade, que exigiam atenção, explicação e correção, foram negligenciadas, embora se soubesse que fenômenos análogos haviam transcorrido em outros países de forma bem diversa (Fernandes, 1968, p. 189).

Na apreciação desse autor, a historiografia da revolução brasileira teria sofrido as deformações e inconsistências do horizonte cultural dos agentes históricos presos às condições estruturais impostas pela sociedade. Essa historiografia, ao apostar na agência dos sujeitos, desconsiderou as estruturas, os processos sociais, a perspectiva de totalidade e a natureza burguesa (e não socialista) daquela revolução que começara na segunda metade do século XIX e, com temporalidade de média e longa duração, continuava em fluxo, a despeito das características lentas, irregulares e heterogêneas desse processo histórico de transformação capitalista da sociedade brasileira. O fato é que a categoria *revolução brasileira* teve diversos usos, sofreu transformações, rupturas e continuidades, conforme os diversos contextos que a condicionaram e permitem elucidá-la, alcançando nessas formulações um nível maior de abstração.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com efeito, desde o seu surgimento, a categoria revolução brasileira transformou-se de modo significativo diversas vezes. Para compreender essas diferenças semânticas ligadas às experiências, às expectativas passadas e às promessas não realizadas, a pesquisa que deu origem a este artigo voltou-se para os usos e os contextos (histórico e linguístico) nos quais a categoria foi empregada, considerando o ensinamento de Skinner (Crespo, 2007) conforme o qual é preciso dar importância também para o estudo de textos e autores menores, não consagrados nos cânones das escrituras atuais, para a reconstrução de contextos intelectuais.

Na história monárquica do Brasil, o medo e o horror despertado pelos acontecimentos da Revolução Francesa e da Revolução Haitiana fizeram com que o conceito de revolução circulasse de modo curioso, mediante usos atrelados a uma semântica conservadora, regeneradora, restauradora e reformista da ordem, ante as visões catastrofistas do fenômeno social. O conceito suscitava o temor do caos e da desordem institucional. Aceitava-se a mudança, mas sem a ruptura com a ordem monárquica e escravista vigente. Admitia-se a regeneração e a restauração da ordem, a contenção dos abusos cometidos pelas autoridades, desde que jamais se alterassem as relações de poder instituídas. Desejavam-se reformas úteis, mas sem os inconvenientes da revolução (Neves, L.; Neves, G., 2014).

Durante pelo menos as quatro primeiras décadas do século XX, revolução era sinônimo no Brasil de quarteladas, intentonas, movimentos armados, tomada do poder de Estado pelas Forças Armadas, guerra civil. Esse significado do conceito está ligado, além da experiência histórica, ao conceito ibero-americano de revolução, aos usos vigentes no século XIX e, no século XX, à influência do organicismo, do positivismo, do tenentismo, do stalinismo e do integralismo.

Com o desenvolvimento capitalista, a categoria revolução brasileira muda. Adquire aportes teóricos e passa a ser usada para se referir a projetos políticos e sociais de futuro, com base em diferentes critérios: superação do iberismo; ruptura com o latifúndio e com o imperialismo; ampliação do regime democrático; estatização da exploração das riquezas nacionais; consciência crítica e protagonismo das massas; “internalização do controle dos centros decisórios”; reforma política democrática e “atitude parentética”; suplantação do patriarcado; descolonização; sensibilidade para o concreto pensado.

Além disso, o conceito muda devido à polarização entre socialismo e capitalismo. Após a Revolução Cubana declarar-se marxista-leninista em 1961, é reabilitada a semântica socialista da categoria *revolução brasileira*, usada como alusão à transição pacífica mediante os critérios: direito de revolução; liberdade de viver; conhecimento dos inimigos do povo; e protagonismo de operários e camponeses. Também foi usada como referência à transição violenta para o socialismo através dos parâmetros: criação de um foco guerrilheiro, que desconsiderava a formação social brasileira; e insurreição defensiva, não posta em prática no fatídico 31 de março de 1964.

Skinner (2007) e Koselleck (2012), a despeito das concepções teóricas distintas, concordam que as categorias políticas fundamentais carregam consigo elementos culturais, normativos e avaliativos que são passíveis de contestação. Além disso, para ambos, conceitos e ações legitimam-se, se influenciam e potencializam-se de forma mútua e recíproca. Assim, os conceitos mudam de semântica, são dinâmicos e questionáveis, sujeitos a transformações contextuais, são condicionados por seus usos e contextos. Podem inclusive desaparecer de

circulação, como ocorreu com a categoria após o golpe de 1964. A inflexão política provocada pela ditadura empresarial-militar engendrou o ostracismo e esquecimento do conceito, substituído, nos estertores do regime, por outras palavras-chave do vocabulário político, como democracia, autoritarismo e sociedade civil.

A categoria *revolução brasileira* voltou a ser uma palavra-chave fundamental em disputa no século XXI. Desde a década passada ela vem sendo retomada e usada por pensadores políticos de polos opostos, como Sampaio Jr. (2017), Nildo Ouriques e Arcary (2013), de um lado, e Carvalho (2018), de outro lado. Na história republicana, comunistas, socialistas, integralistas, desenvolvimentistas, nacionalistas, democratas e negacionistas usaram a categoria *revolução brasileira* para dizer e fazer coisas distintas.

* Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema) de pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). *E-mail*: rrshiota@gmail.com

Este artigo foi escrito para uma apresentação no GT “Pensamento social no Brasil”, do XVII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, realizado em Brasília (DF), de 26 a 29 de julho de 2017. Não foi publicado nos anais do congresso e ficou esquecido pelo autor, que, em 2023, resolveu publicá-lo, sem modificações, como testemunho de um momento da sua trajetória intelectual – a não ser pela inclusão, nas considerações finais, de uma menção a um negacionista que usou a categoria *revolução brasileira*, mas sem prejuízo à argumentação tecida.

► Texto recebido em 25 de abril de 2023; aprovado em 21 de junho de 2023.

Referências bibliográficas

AFONSO, Ruy. **A primeira revolução social brasileira (1798)**. São Paulo; Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942.

AMARAL, Ignacio Manuel de Azevedo do. **Ensaio sobre a revolução brasileira: 1931-1934** (contribuição para o estudo dos problemas da brasilidade). Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1963.

ARAUJO, Valdei Lopes de. História dos conceitos: problemas e desafios para uma releitura da modernidade ibérica. **Forum Almanack Brasileiro**, n. 7, p. 47-55, maio 2008.

ARCARY, Valério. Esquerda apanha e se junta: mas qual é mesmo o objetivo?. **Viomundo**, 4 jul. 2013. Disponível em: <www.viomundo.com.br/politica/valerio-arcary-esquerda-que-apanhou-unida-se-juntou-mas-qual-e-mesmo-o-objetivo.html>. Acesso em: 25 maio 2017.

AYRES FILHO, Paulo. **A revolução brasileira**. [S.l.]: [s.n.], 1964.

BANDEIRA, Moniz. **O caminho da revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Melso, 1962.

BARROS, Adirson de. **Março: Geisel e a revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Antemova, 1976.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-234.

BLACKKEY, Robert. Introduction. In: _____. **Revolutions and revolutionists: a comprehensive guide to the literature**. Santa Barbara: ABC-CLIO, 1982. p. 10-50.

BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 2007.

CARVALHO, Olavo de. **A revolução brasileira e o estamento burocrático**. YouTube, 1 out. 2018. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=H38NissxuAQ>. Acesso em: 25 abr. 2023.

CHAUÍ, Marilena. **O nacional e o popular na cultura brasileira: seminários**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CORTÊS, Norma. **Esperança e democracia: as ideias de Álvaro Vieira Pinto**. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Editora UFMG; Luperj, 2003.

COSTA, Bolívar. **Quem pode fazer a revolução no Brasil?**. Rio de Janeiro, 1962. (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 7).

CRESPO, Enrique Bocardo. La historia de mi historia: una entrevista con Quentin Skinner; Cinco ensayos de Quentin Skinner. In: _____. **El giro contextual: cinco ensayos de Quentin Skinner y seis comentarios**. Madrid: Editorial Tecnos, 2007. p. 43-212.

DINIZ JUNIOR. **Uma etapa da revolução brasileira**. Rio de Janeiro: DNP, 1938.

FERNANDES, Florestan. A revolução brasileira e os intelectuais. In: _____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Global, 2006.

FREITAS, Marcos Cezar de. **Álvaro Vieira Pinto: a personagem histórica e sua trama**. São Paulo: Cortez, 1998.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso**. São Paulo: Global, 2004.

_____. **Sobrados & mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977a. t. 1.

_____. **Sobrados & mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977b. t. 2.

FURTADO, Celso. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

GARCIA, Marco Aurélio. As esquerdas no Brasil e o conceito de revolução: trajetórias. In: ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. **Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira**. São Paulo: Scritta, 1997. p. 37-47.

HADDAD, Jamil Almansur. **Revolução cubana e revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

_____. _____. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

IANNI, Octavio. **O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **O colapso do populismo no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

JOBIM, Danton. **A experiência Roosevelt e a revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

KOSELLECK, Reinhart. **Histórias de conceitos: estudos sobre semântica y pragmática del lenguaje político y social**. Madrid: Editorial Trotta, 2012.

- MELLO, Custódio José. **O Governo Provisório e a Revolução de 1893**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.
- MORAES, Denis de. **A esquerda e o golpe de 64**. 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.
- MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**: da Coluna à Comuna. São Paulo: Siciliano, 1991.
- _____. **A esquerda militar no Brasil**: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MORAIS, Pessoa de. **Sociologia da revolução brasileira**: análise e interpretação do Brasil de hoje. Rio de Janeiro: Leitura, 1965.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; NEVES, Guilherme Pereira das. Brasil. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (Dir.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano**: conceptos políticos fundamentales, 1770-1870. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, Universidad del País Vasco, 2014. t. 9, p. 65-80.
- OLIVEIRA, Franklin de. **Que é a revolução brasileira?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962a. (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 9).
- _____. **Revolução e contrarrevolução no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962b.
- PADILLA, Guillermo Zermeno. Revolución en Iberoamérica (1770-1870): análisis y síntesis de un concepto. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (Dir.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano**: conceptos políticos fundamentales, 1770-1870. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, Universidad del País Vasco, 2014. t. 9, p. 15-48.
- PAGANO, Sebastião. **O Conde dos Arcos e a Revolução de 1817**. São Paulo: Nacional, 1938.
- PERI, Marcos. **Perspectivas da revolução brasileira**. São Paulo: Autores Reunidos, 1962.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **A crise do poder no Brasil**: problemas da revolução nacional brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- _____. **Mito e verdade sobre a revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.
- RAMOS, Alexandre Pinheiro. Uma "revolução necessária": o conceito de revolução nos textos dos intelectuais da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). **Dimensões**, Vitória, v. 26, 2011.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. A crise política brasileira expressa o colapso do pacto político cristalizado na Constituição de 1988. **Esquerda Diário**, 23 maio 2017. Disponível em: <www.esquerdadiario.com.br/Plinio-Sampaio-A-crise-politica-brasileira-expressa-o-colapso-do-pacto-politico-cristalizado-na?fb_comment_id=1195384697257059_1197916557003873>. Acesso em: 25 maio 2017.
- SANTOS JÚNIOR, Theotonio. **Quais são os inimigos do povo?**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. (Cadernos do Povo Brasileiro, v. 2).
- SANTOS, Amílcar Salgado dos. **A revolução brasileira na Amazônia**: notas para à história da Amazônia. São Paulo: [s.n.], 1931.
- SCHWARTZ, Roberto. **Cultura e política (1967-1969)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- SILVEIRA, Urias Antônio da. **Galeria histórica da revolução brasileira de 15 de novembro de 1889**: que ocasionou a fundação da República dos Estados-Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1890.
- SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. Tradução Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. **Lenguaje, política e historia**. Bernal: Universidade Nacional de Quilmes, 2007.
- SPALDING, Walter. **A Revolução Farrroupilha**. São Paulo; Rio de Janeiro: Nacional, 1939.
- SZTOMPKA, Piotr. **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à revolução brasileira**. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.
- _____. **Introdução à revolução brasileira**. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.
- TÁVORA, Juarez. **À guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924**. São Paulo: O Combate, 1927. v. 1.
- _____. **À guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924**. São Paulo: O Combate, 1928. v. 3.
- VIEIRA PINTO, Álvaro. **Consciência e realidade nacional**: a consciência ingênua. Rio de Janeiro: Iseb, 1960a.
- _____. **Consciência e realidade nacional**: a consciência crítica. Rio de Janeiro: Iseb, 1960b.
- VINHAS, Moisés. **Operários e camponeses na revolução brasileira**. São Paulo: Fulgor, 1963.